

Água, esgoto, lixo, drenagem: isso é saneamento



Fernanda Bigio Davoglio

As cidades do Brasil têm a obrigação de priorizar obras de saneamento que atendam a maioria da população. As obras precisam ser bem planejadas, utilizar as melhores técnicas, os materiais adequados, com preço justo. Isso é o mínimo que se espera dos administradores públicos, pagos com nossas contribuições e eleitos para promover o bem comum. Todas as pessoas dependem do bom funcionamento do saneamento. Tanto as comunidades em áreas urbanas quanto rurais necessitam planejar o acesso à água segura, o destino e tratamento do esgoto e do lixo, e as drenagens para prevenir inundações com as água das chuvas.

O Boletim Rebidia disponibiliza, nesta edição, informações que contribuem para o enfrentamento de necessidades atuais relacionadas com a água e o destino do esgoto e do lixo. Leve estas informações para os debates nas conferências e conselhos de políticas públicas de sua cidade. Precisamos motivar as pessoas para mudar a relação que existe com o ambiente em que vivemos.



REBIDIA

REDE BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO
E DOCUMENTAÇÃO SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA



Melhorar a coleta e tratamento de esgoto é cuidar da saúde



Fernanda Bigo Daoglio

Estamos em um momento no qual a sociedade exige mais atitudes do que palavras, principalmente nas questões que envolvem políticas públicas. As obras de saneamento são obrigações dos governos, em especial das prefeituras, e requer a colaboração da comunidade para a conservação e o uso adequado dos serviços.

No país, encontramos lugares sem nenhuma oferta de coleta de esgoto. Hoje, mais de 36 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável, menos da metade dos brasileiros possuem acesso à coleta de esgotos e somente 38% dos esgotos do país são tratados – informa o Instituto Trata Brasil. Em dezenas de municípios, milhares de pessoas têm rede coletora de esgoto na frente da casa, mas não fazem a ligação. Optam por utilizar a fossa tradicional ou mesmo jogar o esgoto no meio ambiente. Uma das principais razões para não ligar na rede é o pagamento da taxa de esgoto. Outro motivo é a falta de consciência sobre como o esgoto afeta a vida em sociedade. Como consequência, as pessoas não valorizam pagar ou encontrar alternativas para ter o tratamento de esgoto. Nos casos em que as pessoas não têm dinheiro para a taxa, o poder público deve encontrar soluções com os recursos do orçamento público. Por outro lado, existem pessoas que poderiam pagar, mas preferem usar o dinheiro para outros gastos, ao invés de contribuir para que o esgoto seja coletado e tratado.

Este comportamento revela nossa tendência de pensar apenas no acesso à água, sem relacionar que cada litro de água que entra em nossa casa produz uma quantidade parecida de esgoto. Como estamos cada vez mais

concentrados nas cidades, o esgoto sem tratamento se transformou em uma ameaça à saúde pública e à vida. Esta é uma situação que não pode mais ser ignorada. O esgoto é foco de doenças, mau cheiro, e causa sérios prejuízos financeiros para a sociedade.

Nas comunidades do Brasil, encontramos as mais variadas experiências relacionadas com o saneamento. No interior de Pernambuco, os moradores de um conjunto habitacional, cansados de esperar, fizeram a canalização do esgoto por conta própria. Juntaram dinheiro entre os moradores para pagar a máquina de escavar e comprar os canos. Trabalharam em mutirão para fazer as ligações. Mas onde jogar o esgoto coletado pelos canos?

Em outro conjunto de casas no Ceará, um repórter local resolveu mostrar imagens na internet do esgoto que escorre a céu aberto pelas ruas. O sistema de coleta foi instalado, as casas estão conectadas, mas a estação de tratamento não foi concluída. Por isso, os canos entupiram e o esgoto vaza pelas ruas. As crianças brincam no chão contaminado e ficam doentes. As pessoas convivem com o mau cheiro, mosquitos e ratos. Será que é suficiente fazer uma reportagem e colocar as imagens na internet? Que mais é preciso fazer para superar a situação?

No Rio de Janeiro, os moradores de uma rua entraram com uma ação na justiça para que o município fizesse a rede de esgoto. O município resistiu, mas perdeu a ação judicial. A decisão considerou que acesso à rede de esgoto é um direito das pessoas e obrigou o município a disponibilizar o serviço. A via judicial é o caminho para os moradores terem acesso à coleta e tratamento de esgoto?

Saneamento é foco da Campanha da Fraternidade 2016

Com o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”, e o lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”, a Campanha da Fraternidade 2016 é ecumênica e tem a coordenação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic). A campanha destaca a relação de saneamento básico com o desenvolvimento, saúde integral e qualidade de vida para todos.

As articulações para a escolha do tema desta campanha foram apoiadas pelas Pastorais Sociais, em especial Pastoral da Criança e Pastoral da Saúde. O Instituto Trata Brasil colaborou com os debates junto à CNBB e ao Conic, que aprovou a proposta do temário. Esta iniciativa vem ao encontro das necessidades das comunidades, e vai contribuir para fortalecer o bem estar das pessoas e a proteção do meio ambiente.

Como sabemos, a água contaminada e o contato com o esgoto produzem doenças, como diarreia, hepatite, cólera, infecções de pele e verminoses. A ausência de cuidados com o saneamento também favorece a criação de mosquitos e ratos, que são os transmissores de outras doenças, como dengue, febre chikungunya e leptospirose.

Além destas doenças serem a causa de milhares de internamentos e centenas de mortes a cada ano, elas causam prejuízos relacionados ao aprendizado infantil, pois as crianças deixam de brincar e ir para a escola, e ampliam as

ausências dos adultos ao trabalho. Pesquisas do Instituto Trata Brasil apontam que além destes prejuízos diretos para as pessoas, as cidades com esgoto a céu aberto atraem menos investimentos, especialmente relacionados com o turismo em cidades litorâneas.

O pediatra Anthony Wong, embaixador do Instituto Trata Brasil, ao comentar os efeitos da exposição ao esgoto, diz que “as crianças mais afetadas são aquelas que têm entre 0 e 5 anos, que ainda estão em fase de desenvolvimento corporal e do cérebro. Essa é a fase mais importante do ser humano em termos de ditar a qualidade de vida como adulto, incluindo também os nove meses de gestação. Essa é a fase mais crítica, quando os órgãos estão se formando, pois eles estão extremamente sensíveis e suscetíveis a pequenas modificações ambientais ou de ingestão de substâncias”.

Os gestos concretos da campanha pretendem produzir mais participação da sociedade e melhores serviços públicos de saneamento. As iniciativas começam em casa, com hábitos de higiene e economia de água. E chegam às ruas, com estruturas para diminuir o desperdício de água, ter eficiência na coleta e no tratamento de esgoto e lixo, além de limpeza dos bueiros e canaletas. Colabore com as iniciativas da Campanha da Fraternidade e contribua para nossas cidades serem espaços de vida plena, com saúde.

Ideias que saíram do papel

O lixo de casa e materiais recicláveis podem render uma refeição saborosa e saudável. Os programas de troca de lixo orgânico e resíduos recicláveis por livros, vale compras, passagens ou alimentos, como verduras, frutas e legumes, acontecem em várias cidades brasileiras. Eles reduzem a quantidade de lixo nas ruas e contribuem para a reciclagem. São fonte de renda para agricultores e produzem uma alimentação mais nutritiva.

Há mais de 20 anos, a prefeitura municipal de Curitiba (PR) desenvolve o programa Câmbio Verde. Quatro quilos de materiais são trocados por um quilo de frutas e verduras. Em Jundiaí (SP), os galhos das árvores se transformam em adubo para as hortas, e a comunidade recebe as hortaliças e orientação sobre a limpeza urbana. Em Caxias do Sul (RS), os agricultores da região vendem sua produção à prefeitura. Aos sábados, as famílias realizam a troca solidária de lixo por alimentos. Em Porto Alegre (RS), a prefeitura oferece livros ou alimentos para quem trazer materiais recicláveis.

Todos os municípios do país poderiam ter programas para evitar que o lixo seja simplesmente jogado nos rios e córregos, ou deixado nas ruas e terrenos da cidade.

Nossa casa comum, o mundo

O Papa Francisco apresentou ao mundo um apelo para as pessoas cuidarem umas das outras, e assim melhorar a vida no planeta. Na recente encíclica “Laudato Si” (Louvado Seja), ele destaca que a qualidade da água disponível para os pobres é um problema sério, que diariamente ceifa muitas vidas. “Entre os pobres, são frequentes as doenças relacionadas com a água, incluindo as causadas por microorganismos e substâncias químicas. A diarreia e a cólera, devido a serviços de higiene e reservas de água inadequados, constituem um fator significativo de sofrimento e mortalidade infantil”, escreve o Papa.

Em seguida acrescenta: “O acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos

humanos. Este mundo tem uma grave dívida social para com os pobres que não têm acesso à água potável, porque isto é negar-lhes o direito à vida, radicado na sua dignidade inalienável. Esta dívida é parcialmente saldada com maiores contribuições econômicas, para prover de água limpa e saneamento as populações mais pobres. Entretanto, nota-se um desperdício de água não só nos países desenvolvidos, mas também naqueles em vias de desenvolvimento que possuem grandes reservas. Isto mostra que o problema da água é, em parte, uma questão educativa e cultural, porque não há consciência da gravidade destes comportamentos num contexto de grande desigualdade”.

O texto destaca, finalmente, que existem evidências de que haverá uma aguda escassez de água dentro de poucas décadas, se não forem tomadas medidas urgentes.

Cobrar a aplicação do Plano de Saneamento

Em 2013, foi construído com a participação da sociedade e coordenação do Ministério das Cidades, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que tem como referência a Lei do Saneamento (Lei nº 11.445/2007). Este plano destaca que, além de aspectos relacionados com as obras, é preciso contar com a participação da sociedade e dos governos na gestão do saneamento e planejamento futuro. A proposta é ter um plano de saneamento para

ser atingido nos próximos 20 anos. Entre em contato com a prefeitura de sua cidade e solicite a divulgação e o debate do Plansab adequado à realidade dos moradores da sua cidade. Informe-se sobre a como é feito o orçamento municipal, acompanhe a votação na câmara de vereadores e descubra se para o próximo ano está previsto o valor necessário para obras de saneamento. O governo somente realiza o que está no orçamento.

Recursos para saneamento

Os municípios com menos de 50 mil habitantes e áreas com populações vulneráveis, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas, podem contar com recursos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Ministério da Saúde, para as obras de saneamento, com o objetivo

de prevenir doenças e promover a saúde. Nos últimos tempos, a Funasa tem terminado o ano sem gastar todo o valor disponível, especialmente por causa do baixo número de projetos aprovados para receber os recursos. Saiba mais sobre este assunto no endereço www.funasa.gov.br.

Apoio:



Expediente:

Rebidia – Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência
Coordenação geral: Irmã Vera Lúcia Altoé, coordenadora nacional da Pastoral da Criança • Nelson Arns Neumann – coordenador adjunto da Pastoral da Criança • Elaboração: Clóvis Bouffeur – Gestor de Relações Institucionais da Pastoral da Criança e representante titular da CNBB no Conselho Nacional da Saúde • Jornalista responsável: Thaís Mocelin • Diagramação: Danilo Oliveira de Araujo • Versão eletrônica